

PT só vai à Justiça se lei for publicada

A futura líder do governo na Câmara Legislativa, deputada Lúcia Carvalho (PT), anunciou três medidas judiciais que o PT deverá tomar caso o governador Joaquim Roriz sancione o projeto aprovado no sábado.

Ontem, após reunião com o consultor jurídico de Cristovam Buarque, José Roberto Aguiar, ela antecipou que será encaminhada ao Tribunal de Justiça uma ação popular com pedido de liminar para suspender os efeitos da lei.

"Faremos isso no mesmo dia em que a lei for publicada no *Diário Oficial*", anunciou a deputada.

Segundo ela, será feita também uma representação no Ministério Público para que ele se pronuncie sobre o assunto.

Acusação — "O documento que o Ministério Público produzir será anexado na nossa ação, que poderá resultar em uma acusação de crime contra a administração pública, em prejuízo do governador Joaquim Roriz", explicou Lúcia Carvalho.

A deputada argumentou que, se Roriz executar algum contrato de en-

fiteuse, ele desrespeitará a Lei Orgânica, que reserva à Câmara o papel de avaliar a cessão de terras públicas, mediante licitação. Daí, a acusação de prática de crime.

Além dessas medidas, os advogados do PT estão estudando a possibilidade de entrar com uma ação direta de constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal para anular a lei. "E, após assumir, o governador Cristovam poderá revogá-la", acrescentou.

Inconstitucional — O deputado Chico Vigilante (PT-DF) ingressa hoje no Supremo Tribunal Federal (-STF) com uma ação de constitucionalidade contra a lei que concede ao governador Joaquim Roriz poderes para regularizar invasões de áreas públicas.

"O projeto é imoral. Roriz não poderia adquirir esses poderes às vésperas de entregar o cargo a seu sucessor eleito pela oposição", afirmou.

Vigilante acredita que o projeto aprovado sábado pela Câmara Legislativa é "mais uma jogada de Roriz para atrapalhar os primeiros dias da administração Cristovam Buarque".